

POR UM CONCEITO PROPRIAMENTE GEOGRÁFICO DE PAISAGEM

uma questão de perspectiva(s)

9

**Matheus Cavalcanti
Bartholomeuⁱ**

Doutorando em Geografia
Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Resumo

Nossa intenção com este artigo é refletir acerca da evolução do conceito de paisagem na ciência geográfica; dos diversos entendimentos sobre ele na atualidade; e, no limite das possibilidades presentes, propor um conceito propriamente geográfico e integrador de paisagem. Para isso, percorreremos a Geografia das tradições alemã e francesa, a fim de entender a origem da multiplicidade de significações por trás do termo *paisagem*. Em seguida, explicitaremos as principais abordagens atuais do conceito de paisagem: uma inspirada numa Geografia Cultural e outra, na Ecologia preocupada com os aspectos espaciais. Finalmente, tentaremos propor uma conceituação de paisagem condizente com os desafios da atualidade da Geografia, que possa integrar diferentes abordagens sem comprometer-lhes o sentido.

Palavras-chave: paisagem; Geografia; Geografia Cultural; Ecologia de Paisagens; Geografia Física.

HACIA UN CONCEPTO PROPIAMENTE GEOGRÁFICO DE PAISAJE: UNA CUESTIÓN DE PERSPECTIVA(S)

Resumen

Nuestro intento con este trabajo es reflejar sobre la evolución del concepto de paisaje en la ciencia geográfica; de los diferentes entendimientos sobre ello en la actualidad; y, en los límites de las posibilidades presentes, proponer un concepto propriamente geográfico e integrador de paisaje. Para eso, haremos un recorrido por la Geografía de las tradiciones alemana y francesa, a fines de entender el origen de la multiplicidad de significaciones del término *paisaje*: una inspirada en una Geografía Cultural y otra, en la Ecología preocupada con los aspectos espaciales. Finalmente, intentaremos proponer una concepción de paisaje consistente con los desafíos de la actualidad de la Geografía, que pueda integrar diferentes abordajes sin les comprometer el sentido.

Keywords: paisaje; Geografía; Geografía Cultural; Ecología de Paisajes; Geografía Física.

ⁱ *Endereço institucional:*

Rua Marquês de São Vicente, n. 225. Edifício da Amizade, ala Frings, sl. F411. Gávea. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP: 22451-900.

Endereço eletrônico:

matheuscb@live.com

Bacharel, licenciado e mestre em Geografia pela PUC-Rio. Integrante do Grupo de Estudos Urbanos e Rurais (URAIIS).

*Do jeito que a coisa vai,
Há de chegar o dia
Em que só veri direito
O que, de tão perto,
Me vai por dentro –
E cego ao que anda fora,
Acabarei me conhecendo.*

“Miopia” – Frederico Spada Silva

Existe um debate ao qual a Geografia atual tem se dedicado com relativa importância: a discussão sobre a conceituação de paisagem, que varia, entre outras coisas, de acordo com as diferentes perspectivas científicas que desse conceito se utilizam. Tomada desde sua institucionalização e por muitos anos seguintes como o conceito central do pensamento geográfico, a paisagem caiu em desuso na segunda metade do século passado face à crescente relevância do conceito de espaço. Nas últimas décadas, porém, o conceito tem sido reintroduzido no jargão da Geografia e das ciências afins sob uma nova roupagem, dividida entre duas principais formas de abordagem: a saber, uma abordagem identificada com a ecologia e preocupada com a relação entre homem e natureza; e outra, relacionada a uma Geografia de base culturalista¹.

O título e a divisão deste trabalho se inspiram em questões levantadas pelo sociólogo Michael Löwy (2009, p. 247-254), ao tratar as chamadas paisagens da verdade e a alegoria do mirante. Comparando o cientista social a um pintor de paisagens e seu ponto de vista de classe ao mirante em que se situa, Löwy advoga que as melhores possibilidades para que o cientista pinte as paisagens mais verdadeiras se dão quando ele se situa no mirante mais alto, relacionado à visão de mundo do proletariado. Enfim, não nos cabe aqui tratar dessa relação metafórica entre classes sociais e mirantes, mas sim falar das diferentes perspectivas científicas ligadas à construção do conceito de paisagem. Pedindo licença a Löwy, portanto, alteremos alguns termos de sua alegoria²...

¹ Não nos interessa discutir aqui sobre a nomenclatura referente a esse campo geográfico. Sendo assim, não trataremos *Geografia Cultural* e *Geografia de base culturalista* como coisas distintas, posição que alguns autores advogam.

² De modo algum estamos aqui menosprezando a alegoria do mirante de Michael Löwy ou propondo a substituição por outra mais adequada. Apenas nos inspiramos por sua metáfora e aproveitamos sua claríssima elucidação para falar de outro assunto.

O pintor, agora, se torna um geógrafo a construir o conceito de paisagem. A pintura, então, se transmuta em processo de construção científica. Por sua vez, os mirantes, em vez de representarem os diferentes pontos de vista de classe, passam a ser as diferentes abordagens científicas que trabalham com tal conceito. Finalmente, as paisagens da verdade têm seu sentido metafórico substituído para a realidade espacial a ser transformada em paisagem pelo geógrafo, através da “pintura”. Antes de avançarmos, portanto, precisamos depreender que a paisagem não é uma realidade *a priori*, mas uma construção científica e social.

Löwy, ao falar da posição de cada pintor, levanta a importante ideia de *Standortgebundenheit*, que poderíamos traduzir para uma *sujeição à localização*. Com isso, ele quer dizer que os observatórios apresentam alcances diversos entre si, posições distintas sob uma mesma plataforma (oferecendo diferentes ângulos) e, enfim, limites. A essa noção de *Standortgebundenheit* demos o nome de perspectiva, para evitarmos estrangeirismos. Sendo assim, cada perspectiva é, duplamente, formada pelas possibilidades de visão dadas pelo mirante e pela posição do pesquisador nesse observatório.

Esta metáfora nos parece particularmente operatória, porque ela permite também “mostrar” (de forma imaginária) que: a) não existe visão de paisagem que não esteja situada em um observatório determinado; b) a síntese ou a média exata entre os níveis superiores e inferiores não representa em nada um ponto de vista privilegiado; c) os limites estruturais do horizonte não dependem da boa ou má vontade do observador, mas da altura e da posição em que ele se encontra; d) o pintor pode passar de um mirante a outro (“livre flutuação”), mas seu horizonte de visibilidade dependerá sempre da posição em que ele se encontra em tal ou qual momento; [...] f) o mirante não oferece senão a *possibilidade objetiva* de uma visão determinada da paisagem.

Esta última precisão é capital. É evidente – para ficar no quadro de nossa “alegoria do mirante” – que a paisagem como painel não depende somente do observatório mas também do próprio pintor, de sua *forma de olhar* e de sua *arte de pintar*. (LÖWY, 2009, p. 248, grifos do autor)

Ao falarmos da forma de olhar do pintor, incluímos, agora sim, seu ponto de vista de classe, além de outras categorias que formam o modo como ele vê o mundo: nacionalidade e naturalidade, época em que vive, cultura, experiências ao longo da

³ O item “e) o observador situado no nível superior pode dar conta tanto dos limites como das visões verdadeiras dos níveis inferiores”, embora absolutamente pertinente para as finalidades de Löwy ao utilizar a alegoria, não procede para nossas finalidades. As razões para tal ficarão evidentes ao longo do trabalho.

vida, religião, gênero, entre outras. “Estes fatores podem tanto estimular como desviar as visões do pintor em relação a certos aspectos da paisagem que se oferece aos seus olhos” (LÖWY, 2009, p. 249). A arte de pintar, por sua vez, se relacionaria à trajetória científica do observador – “a uma tradição cultural, um conjunto de obras, um saber acumulado que serve de ponto de partida necessário para toda produção nova” (p. 251) –, ao método científico utilizado e aos procedimentos de pesquisa adotados.

Enfim, a tríade com a qual se processa a apreensão da paisagem se forma. As *perspectivas* – os conjuntos entre o mirante (abordagem científica) e a posição do pintor nele – apresentam as possibilidades de visão da realidade espacial. Ainda que numa mesma perspectiva, várias *artes de pintar*, ou seja, modos de construir um conceito de paisagem, são disponíveis, de acordo com o método, os procedimentos e a trajetória científica do observador. A fim de ilustrarmos isso, basta dizer, por exemplo, que um biólogo, um geógrafo e um antropólogo trabalhando com a abordagem ecológica da paisagem enfrentarão processos distintos para construir um conceito de paisagem operacional nessa abordagem. Finalmente, as obras de dois pintores, isto é, suas definições de paisagem, ainda que tendo perspectivas e artes de pintar muito similares, nunca serão idênticas, pois as *formas de olhar* sempre diferem, mesmo que pouco.

Por não podermos abordar com rigor as múltiplas variáveis relacionadas às “artes de pintar” a paisagem e, menos ainda, às infinitas “formas de ver” dos observadores, resta-nos apenas discutir aquilo que é mais palpável, mas nem por isso menos complexo ou menos importante: as diversas perspectivas científicas na construção do conceito de paisagem. Assim, nossa intenção com este artigo é refletir acerca da evolução desse conceito na ciência geográfica; dos diversos entendimentos sobre ele na atualidade; e, no limite das possibilidades presentes, propor um conceito propriamente geográfico e integrador de paisagem.

Para isso, dividiremos nosso trabalho em três itens, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro, “Perspectivas originais sobre o conceito de paisagem”, trata dos primórdios do termo e de sua aplicação na Geografia Clássica alemã e francesa. O segundo item, denominado “Principais perspectivas atuais”, traça

os pontos mais importantes das abordagens cultural e ecológica da paisagem, predominantes na Geografia de hoje em dia. Finalmente, a terceira seção, intitulada “Por uma (ou mais) perspectiva(s) integradora(s) sobre a paisagem”, tenta construir um conceito que possa ser utilizado pelas diferentes abordagens geográficas.

Perspectivas originais sobre o conceito de paisagem

De acordo com Davis G. Sansolo (2007, sem paginação), o significado original ou vulgar de paisagem em todas as línguas que pesquisou estava de alguma maneira ligado ao sentido da visão, como uma escala espacial – ainda que não definida – que abrange o visível. Ele, no entanto, notou algumas diferenças, como no caso dos idiomas ocidentais, cujo termo inclui a presença humana no espaço; e orientais, nos quais são os elementos naturais percebidos aquilo que se destaca. Além disso, Sansolo não encontrou em nenhuma ocasião o termo paisagem se referindo ao espaço total ou ao cosmos; ele sempre destacou a singularidade, a parte.

Paul Claval (2004, p. 13-15) esclarece que o termo começou a se difundir no século XV, a partir do neerlandês *landschap*⁴, como nome de uma nova forma de pintura perspectiva que apresentava uma porção da natureza a partir de um elemento que a enquadrasse, tal como uma janela. O termo teve seus correlatos em outras línguas, como o alemão *Landschaft*, o inglês *landscape*, o italiano *paesaggio* e o francês *paysage*. Como foi principalmente na tradição francesa e alemã que a paisagem se tornou, pela primeira vez, um conceito geográfico, optamos por trabalhar esse processo através de um suporte não só de textos em português ou inglês, mas também em francês e alemão, para minimizarmos os problemas de tradução. Sendo assim, evitaremos ambiguidades e não traduziremos sempre os termos *Landschaft* e *paysage* para *paisagem*.

Considerando primeiramente as raízes da palavra *Landschaft*, fica claro que a segunda sílaba da palavra, “schaft”, é essencial para a compreensão. Datando das antigas línguas germânicas, a palavra “skapjan” significa “criar” [*schaffen*]. Daí derivaram os termos “skapi” ou “skafti”, aos quais corresponde a sílaba “schaft” e que sempre denotam conjuntos. *Landschaft* então seria uma “porção do espaço [*Land*] com características comuns”. Além disso, o sufixo “schaft” também está relacionado com *schaffen*, *schaben* [ar-

⁴ De fato, Claval diz que o termo vem do holandês *landskip*, mas nossas pesquisas mostraram que *landskip*, na verdade, é a primeira tradução para o inglês médio.

ranhar] e com o termo inglês *shape* [dar forma]. A partir disso, é possível concluir que a *Landschaft* pode ser interpretada como resultado da criação de uma porção do espaço [*Land*] e do ato de dar forma a ela⁵. (GEOGRAPHIE INNSBRUCK, 2008, sem paginação, tradução nossa, grifos nossos)

Esta citação já nos parece suficiente para que o leitor compreenda como as múltiplas e distintas traduções ao longo de séculos de uso contribuem para direcionar, ainda que não intencionalmente, o sentido do termo *Landschaft* para longe de suas definições originais. Não que isso seja ruim. Na verdade, é o movimento comum ao vocabulário de todo e qualquer idioma, de modo que a perda de alguns ricos significados com as sucessivas traduções – sem contar a reprodução dessas traduções por aqueles que não compreendem o idioma traduzido – é “compensada” pelo ganho de outros. O próprio termo *Land*, que traduzimos por “porção do espaço” para evitarmos maiores confusões, é absolutamente impreciso. Ele pode significar, fora algumas outras definições secundárias, “país”, “terra”, “estado” (no sentido de unidade de uma federação) ou “lugar”, o que dificulta ainda mais a tradução de *Landschaft*.

No caso do termo francês *paysage*, que apareceu em meados do século XVI, ele

foi formado a partir do radical *pays* e do sufixo *age*. Essa raiz é imprecisa em sua significação (o que é um “pays”?), mas a escolha é característica por essa mesma razão; ela é de qualquer maneira idêntica em inglês (*landscape*) e em alemão (*Landschaft*), com, nos três casos, as conotações mais ou menos marcadas de ruralidade e de campo [*terroir*], de forma que a “*paysage* urbana”, paradoxal nos termos, será uma invenção ainda muito mais tardia (século XIX). A interrogação sobre o sufixo *age* não é menos interessante, pois este se emprega em dois sentidos diferentes: ou ele serve a formar conjuntos (*feuillage* [folhagem]: conjuntos de folhas [*feuilles*]...) – neste caso, o *paysage* seria o conjunto das características do terreno descoberto pela vista, como o rosto é o conjunto de traços da face (de algum modo, a paisagem é o rosto da terra em um dado lugar) –; ou ele designa a atividade humana correspondente aos verbos utilizados (*labourage* [aragem]: ação de arar [*labourer*]). Este segundo sentido provavelmente existe no termo *paysage* e seria tanto a ação de perceber o *pays*, quanto a observação dos traços dos traços que o caracterizam. Há então uma ambiguidade, congênita se se pode dizer, no próprio termo *paysage*: guardemos que ele designa aquilo que se vê⁶ de um *pays* (acepção “normal”) com uma conotação próxima à ação mesma de ver, de forma que *objeto* e *sujeito* são aparentemente indissociáveis da própria noção de *paysage*. Há, portanto, como um ato de *paysage*, suscetível de ser controlado de maneira analítica,

⁵ Em citação a Haber (1991, p. 597).

⁶ Nota do autor: Acessoriamente aquilo que se entende ou sente, mas 80% de nossas percepções são de ordem visual.

racional e, para ser honesto, científica. (AVOCAT, 1982, p. 334, tradução nossa, grifos nossos e do autor⁷)

Se novamente a análise do sufixo se faz de maneira interessante, a tradução de *pays*, por sua vez, é tão ou mais imprecisa que a de *Land*, ao passo que pode significar “país”, “nação”, “terra”, “pátria”, “lar” ou “campo”, além de outras definições menos comuns. Cabe trazer que no alto-alemão antigo, o termo que originaria *Landschaft* era usado exatamente como a palavra *regio*, do latim, que originaria *região*: ou seja, como parte de um país ou de uma área. No alto-alemão médio, em seguida, o termo *lantschaft* foi tomado como uma área precisamente marcada, dotada de certa extensão e utilizada para fins político-administrativos, além de também poder significar os habitantes desta área (GEOGRAPHIE INNSBRUCK, 2008).

Apropriado pela pintura, o termo e suas traduções se estabeleceram definitivamente. Logo, a ideia de enquadramento foi perdida, para dar lugar a uma ideia de paisagem como uma porção observada de um *pays*, com forte predomínio dos elementos da natureza ou do campo (CLAVAL, 2004, p. 15). Num tempo em que a Geografia, em vias de se institucionalizar, era construída por naturalistas em grandes expedições a regiões remotas em relação à Europa, não se pode negar que a paisagem foi um conceito caríssimo a ela. Ora, isso facilmente se justifica se a observação das características “naturais” – melhor dizendo, pouco transformadas pelo homem – era o cerne da paisagem.

A construção do conceito científico de paisagem não se processaria, entretanto, sem novas alterações de sentido. Claval (2004, p. 18-22) nos conta que no final dos oitocentos, a paisagem foi sendo entendida pela Geografia alemã como a interface entre a atmosfera e o conjunto litosfera-hidrosfera e, logo adiante, também na interface entre cultura e natureza, principalmente através da obra de Friedrich Ratzel. Todavia, Hans Bobek e Josef Schmithüsen (1998, p. 77-78) mostram que se desenvolveu em paralelo uma espécie de dualismo entre a geografia das regiões, predominante na tradição francesa, e a geografia das paisagens, mais comum entre os alemães. A primeira tinha uma abordagem idiográfica, interpretando a região através de suas singularidades, como algo único e específico de um espaço e de um tem-

⁷ Grifos nossos em todas as palavras em língua francesa, com exceção do primeiro em “pays”, que é do autor. Os demais grifos são da versão original.

po. A segunda tratava a paisagem de maneira nomotética ou normativa, abstraindo suas peculiaridades e procurando unidades como as demais por meio de ordenações generalistas.

Curiosamente, existia no idioma francês um termo, derivado do latim, absolutamente pertinente para o tipo de Geografia que se desenvolvia no país: a região (*région*); vez ou outra utilizado o termo *pays* como sinônimo. No alemão, a tradução até então mais comum, *Land*, como já vimos era passível de suscitar muitas ambiguidades. Ainda assim, Jean-Marc Besse (2006, p. 66) esclarece que na escola francesa de Geografia o conceito de *paysage* não foi deixado de lado, mas tomado por Paul Vidal de la Blache como a fisionomia de uma região. Embora possamos enquadrá-lo na perspectiva idiográfica, La Blache foi fundamental para a difusão do conceito de paisagem, mas de uma paisagem cujo elemento principal girava em torno do visível, do aspecto visual.

Trata-se de levar em conta toda vez, retomando ainda uma expressão de Vidal de La Blache, a *característica* do território considerado, isto é, aquilo que o especifica e o distingue entre todos os outros, e que é preciso compreender. *Fisionomia* e *característica* não são representações subjetivas, não são seres fictícios forjados para as necessidades da análise pelo intelecto do geógrafo. São realidades objetivas, que identificam verdadeiramente um território, e que é necessário reconhecer, localizar, delimitar, tanto espacialmente como qualitativamente, a fim de “reproduzi-las”, como diz Vidal de La Blache.

Eis então o que é preciso explicar: o aspecto do território não é apenas uma aparência sensível, uma aparência que se deveria rapidamente abandonar para reencontrar a sua verdade teórica. Ao contrário, é sobre o plano das aparências que é preciso se situar para apreender toda a sua densidade epistemológica e ontológica. O aspecto das coisas é uma realidade geográfica. (BESSE, 2006, p. 66-67, grifos do autor)

Dito isso, precisamos compreender que a tradução de *Landschaft* e *paysage* para *paisagem* não está, de forma alguma, errada. Werther Holzer (1999, p. 152) se pergunta se ambos os termos estrangeiros se equivalem e responde que não. Nós, entretanto, precisamos adicionar: sim e não. Por um lado, sim, se equivalem, porque a tradução *ipsis litteris* é perfeita. Ambos os radicais – *Land* e *pays* – permitem múltiplas compreensões, mas todas ligadas a uma porção do espaço, mais ou menos originalmente entendida como rural ou “natural”. Desse mesmo modo, os dois sufixos – *-schaft* e *-age* – denotam a ideia de conjunto, apesar de o francês também poder significar uma atividade. Por outro lado, não se equivalem, porque a *démarche* e o

sentido do conceito foram diferentes nas duas escolas. Enquanto ao *paysage* foi atribuído o sentido visual, da percepção, da fisionomia, por já haver outro conceito importante disputando a preferência dos geógrafos franceses, o de região; *Landschaft*, como conceito predominante da Geografia alemã, acabou aproximando seu sentido muito mais ao de *région*, como uma porção do espaço de dimensões não fixas com características marcantes e interações entre cultura e natureza, do que ao sentido marcadamente visível de *paysage*.

É exatamente essa consciência que levou Hans Carol (1956, p. 112-113, tradução nossa, grifos nossos), após enumerar algumas definições de paisagem, inclusive a de ambiente remotamente visível (*sichtbare Fernumgebung*) de Johannes Gabriel Granö, dizer que

Atualmente, a maior parte da Geografia de língua alemã entende por *Landschaft* áreas mais extensas e uniformes, geralmente regiões naturais. A Terra consiste, de acordo com essa visão, de uma multiplicidade de tais “indivíduos-*Landschaft*” [*Landschaftsindividuen*], “totalidades geográficas” em conjunto, os quais seriam os reais objetos de pesquisa da Geografia.

Em outro cenário que precisa ser mencionado, o da Geografia estadunidense do início do século XX, Carl Sauer incorporou o conceito de *Landschaft* alemão através da tradução *landscape*.

Os aspectos da paisagem de Sauer que merecem consideração especial aqui são seu caráter holístico, sua falta de particularismo e sua relação com processos causais. São importantes, porque Sauer estava convencido de que, tomados em conjunto, eles estabeleceriam a Geografia com um esforço científico respeitável. (SPEDDING, 2007, p. 290, tradução nossa)

A construção teórica era de uma paisagem analisada verticalmente, em que na Geografia Física se procurava não só interpretar as formas, mas sua gênese; e na Geografia Humana, a interpretação também ia além das formas para alcançar as funções (CLAVAL, 2004, p. 29-35). No entanto, a visão sobre os processos era praticamente ignorada, conforme diz Nick Spedding (2007, p. 291). Ele ainda adiciona que ironicamente, a partir dos anos 1950, a visão sintética e não processual de paisagem de Sauer e outros foi acusada de falta de cientificidade, tanto por demais campos de estudo, como por uma Geografia cada vez mais quantitativista. O pensamento geográfico sobre a paisagem caiu então em certo ostracismo, até ser retomado com maior vigor a partir da década de 1960, na Geografia Humana, e a partir da década de 1980, na Ecologia.

Principais perspectivas atuais

Hoje em dia, podemos afirmar que os estudos que têm na paisagem um de seus conceitos-chave, ou mesmo seu conceito mais importante, podem se dividir em duas abordagens principais. A primeira abordagem, de viés culturalista e inicialmente de base fenomenológica, apareceu na década de 1960 e se fortaleceu a partir de 1970. Seus nomes expoentes, ainda que nem todos ainda sigam a fenomenologia, foram ou são: David Lowenthal, John K. Wright, Donald W. Meinig, Eric Dardel, Yi-Fu Tuan, Augustin Berque e Denis Cosgrove, apenas para citar alguns. A segunda abordagem se inspira na Ecologia de Paisagens e em outros campos das ciências ambientais, tendo crescido fortemente a partir da década de 1980. Seus autores mais conhecidos, por sua vez, foram ou são: Richard T. T. Forman, Michel Godron, Monica G. Turner, John J. Wiens, Zev Naveh e Arthur S. Lieberman, entre outros. Vejamos a seguir o que caracteriza cada uma dessas perspectivas:

A abordagem culturalista da paisagem

Ao tratar das trajetórias históricas dos estudos culturalistas sobre a paisagem, Karen M. Morin (2007, p. 321, tradução nossa) sublinha a forte influência de Sauer sobre os “geógrafos culturais associados à ‘Escola de Berkeley’, que usaram seu método de observação empírica para estudar os aspectos morfológicos da paisagem como evidência de diferenças culturais”. Inspirada em Sauer, mas indo além, a fenomenologia trouxe profundas reflexões sobre a paisagem, no sentido de não pensá-la como objetivamente dada, mas subjetivamente percebida. (CLAVAL, 2004, p. 48)

Esta preocupação epistemológica, surgida no seio da geografia cultural, acompanha uma tendência do pensamento saueriano de considerar como relevantes para a disciplina tanto o pensamento científico quanto o pensamento das outras pessoas, como fora muito em explicitado por Wright⁸. Para Lowenthal⁹, formulador de um projeto epistemológico renovador, a geografia era a ciência que mais se aproximava da incorporação sem mediações dos elementos da vida cotidiana, que deveriam ser considerados em suas particularidades a partir da inclusão dos mundos vividos pessoais como dado concreto da disciplina. (HOLZER, 1999, p. 155)

A paisagem passa então a ser entendida como uma humanidade, um produto da sociedade, como diz Denis Cosgrove (2004, p. 97). Essa ressignificação supera a

⁸ Em citação a obra de 1947.

⁹ Em citação a obra de 1961.

noção restritiva de porção do espaço abarcada pela visão para incorporar parte dos movimentos e processos que se dão na paisagem. Nas novas epistemologias, Claval (2004, p. 49-50) esclarece, procura-se romper o dualismo entre homem e matéria. “O registro geográfico deixa de considerar que os homens são independentes do meio onde se encontram: eles só podem existir nos meios geográficos com os quais mantêm relações mais complexas do que até então se pensava.” (p. 49). Nessa linha de pensamento, é indispensável citar Augustin Berque (1998, p. 84-85, grifos do autor):

A paisagem é uma marca, pois expressa uma civilização, mas é também uma matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura – que canalizam, em um certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza e, portanto, a paisagem de seu ecúmenos. E assim, sucessivamente, por infinitos laços de co-determinação.

Como marca, a paisagem pode e deve ser descrita e inventariada. Para isso, dispõe-se de numerosos instrumentos metodológicos, que não param de se aprimorar. [...] Pode-se, também, procurar ligar estas formas a funções e a estruturas; é o que tradicionalmente faz a geografia, tanto humana quanto física. O ponto de partida continua sendo, no caso, a descrição da paisagem, enquanto dado perceptível; mas a explicação ultrapassa decididamente o campo do percebido, seja por abstração (uma função se define abstratamente), seja por mudança de escala no espaço (valendo-se de ordens de grandeza não perceptíveis pelo homem), ou no tempo (pela explicação histórica e geológica).

A propósito, esse novo entendimento extrapola os limites da Geografia de base fenomenológica e alcança adeptos cujos métodos são outros, como os geógrafos marxistas, como bem lembra Marcelo L. de Souza (2013, p. 47). Através deles, principalmente, a paisagem passa a ser entendida como expressão não só da cultura de um povo, como algo relativamente homogêneo, mas também das lutas entre dominados e dominantes pelo espaço. Portanto, a paisagem tanto revela determinados aspectos da vida social, quanto oculta outros. “O fato de ser uma forma, uma aparência, significa que é saudável ‘desconfiar’ da paisagem. É conveniente sempre buscar interpretá-la ou decodificá-la à luz das relações entre forma e conteúdo, aparência e essência” (SOUZA, 2013, p. 48-49).

Exatamente por considerarmos isso, temos de admitir que a diferenciação que Milton Santos (2006, p. 66, grifo nosso) faz entre espaço e paisagem simplifica indevidamente esta. Para ele, a “paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas

entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima”. Ainda assim, é preciso dar valor a sua formulação de que a paisagem resulta de um acúmulo de tempos passados e presentes (p. 67), complementando essa noção à de Berque (1998, p. 86), para quem a paisagem é tanto apreendida pela consciência quanto, como matriz, a determina. De forma sintética, apresentando a perspectiva atual da abordagem culturalista da paisagem, Cosgrove (2004, p. 108-109) diz:

Os múltiplos significados das paisagens simbólicas aguardam decodificação geográfica. Os métodos disponíveis para esta tarefa são rigorosos e exigentes, mas não fundamentalmente esotéricos ou difíceis de apreender. Essencialmente, são os empregados em todas as humanidades. Um requisito é a leitura detalhada do texto, para nós a própria paisagem em todas as suas expressões. Os geógrafos sempre reconheceram, pelo menos oralmente, a centralidade de um profundo e íntimo conhecimento da área em estudo. Os dois principais caminhos para isto são o trabalho de campo e a elaboração e interpretação de mapas. Ao desenvolver tal conhecimento pessoal, inevitavelmente é gerada uma resposta altamente individual. É uma resposta, ou respostas, das quais precisamos estar cientes para não antecipá-las na busca de “objetividade”, mas, em vez disso, de modo que possam ser refletidas e honestamente reconhecidas nos textos de nossa geografia.

A abordagem ecológica da paisagem

Diversos campos de estudo nas ciências ambientais, uns mais, outros menos inspirados na Ecologia, têm se preocupado com a paisagem como seu referencial empírico. Tomando como exemplo um trabalho de Alexandro Solórzano, Rogério R. de Oliveira e Rejan R. Guedes-Bruni (2009, p. 49), ela seria interpretada “como base físico-biológica, associada aos processos antrópicos e aos processos naturais decorrentes que a compõem”. Trabalhando com a paisagem de modo semelhante a essa maneira, se destacam atualmente três áreas do conhecimento: a Ecologia de Paisagens, a História Ambiental e a Ecologia Histórica.

Herdeira das proposições de Carl Troll na primeira metade do século XX, a Ecologia de Paisagens emergiu nas últimas décadas como um dos campos mais frutíferos das ciências ambientais. O nome vem de um termo cunhado pelo próprio Troll – *Landschaftsökologie* – e literalmente traduzido para Ecologia de Paisagens. As considerações que fizemos no primeiro item deste artigo nos fazem lembrar imediatamente que o conceito de *Landschaft* para os alemães não possuía o mesmo sentido do que o de *paysage* ou *landscape*. Daí é fácil depreender que, para a abordagem ecológica, a própria paisagem não é interpretada da mesma maneira que é pela

abordagem culturalista. Nesta, a ênfase recai, senão sobre os aspectos visíveis do espaço, sobre os aspectos culturais – produzidos pelo homem –, ou mesmo ambos. Naquela, a definição de Solórzano, Oliveira e Guedes-Bruni não deixa dúvidas, a paisagem reúne os elementos naturais e humanos do espaço e sua interação.

Se por um lado concordamos com Souza (2013, p. 43) quando diz que a paisagem para a Ecologia de Paisagens “é definida de modo tão abrangente que, no fundo, praticamente se torna um sinônimo de ‘espaço geográfico’ [...] ou, simplesmente, de ‘área’”; por outro, dizer que é uma tradução ou mesmo uma compreensão errada do termo *Landschaft* seria deveras pretensioso e indelicado de nossa parte. Assim, o que na verdade é preciso fazer – embora possamos advogar que uma substituição, nessa abordagem, do termo *paisagem* pelo termo *ambiente* (ou outro que permita trabalhar a integração entre sociedade e natureza) não acarretaria quase nenhum prejuízo de sentido e, inclusive, poderia ganhar outros sentidos relevantes – é salientar que embora o termo utilizado seja o mesmo, a paisagem da abordagem ecológica e a paisagem da abordagem culturalista são distintas. Vejamos, enfim, como trabalham as três áreas mencionadas com o conceito.

Num texto clássico de Richard T. T. Forman, um dos grandes estruturadores da Ecologia de Paisagens, a paisagem é definida quase que como uma unidade escalar, abaixo da região – esta seria formada por um conjunto de paisagens pertencentes a um mesmo macroclima, um grupo de solos ou um bioma, ou ainda com dimensões políticas, sociais e culturais relativamente homogêneas – e acima dos ecossistemas locais – os quais comporiam, por sua vez, em conjunto, a paisagem –. Sucintamente,

Uma *paisagem* [...] é um mosaico no qual o conjunto de ecossistemas locais ou usos do solo se repete similarmente por uma área da ordem de quilômetros de extensão. Exemplos familiares são paisagens florestadas, suburbanas, cultivadas e secas. Enquanto porções de uma região são ecologicamente muito diferentes, uma paisagem manifesta uma unidade ecológica por toda sua área. Numa paisagem, diversos atributos tendem a ser semelhantes e se repetem por toda a área, incluindo formas geológicas do relevo, tipos de solo, tipos de vegetação, fauna local, regimes de perturbação natural, usos do solo e padrões de aglomeração humana. Assim, um grupo repetido de elementos espaciais caracteriza uma paisagem. (FORMAN, 1995, p. 13, tradução nossa, grifo do autor)

Para Jean Paul Metzger (2001, p. 3), a definição de Forman se situa num viés mais ecológico dentro da Ecologia de Paisagens. Esse viés teria preocupação maior

com as unidades ditas naturais da paisagem, com a proteção ambiental e não trabalharia necessariamente com macroescalas. O outro viés desse ramo da Ecologia seria o que ele chama de geográfico, derivado mais diretamente das intenções holísticas de Troll e caracterizado por três pontos: “preocupação com o planejamento da ocupação territorial [...]; o estudo de paisagens fundamentalmente modificadas pelo homem, as ‘paisagens culturais’¹⁰ [...]; e a análise de amplas áreas espaciais”.

Os outros dois campos da abordagem ecológica da paisagem, a saber, a História Ambiental e a Ecologia Histórica, têm uma ênfase especial no processo histórico de formação e transformação da paisagem. Segundo Emily W. B. Russell (1997, p. 3), a Ecologia Histórica “procura explicar muitos aspectos enigmáticos dos ecossistemas e paisagens do presente através da decifração dos legados das atividades humanas pretéritas”. Aqui, a paisagem também é compreendida como “uma reunião de ecossistemas – por exemplo florestas, lagos e córregos –, os quais também interagem, embora menos diretamente que os componentes dos ecossistemas” (p. 3).

Sobre a História Ambiental, Rogério R. de Oliveira e Carlos Engemann (2011, p. 10) elucidam que cabe a ela, como “campo de convergência de saberes ligados ao meio ambiente, a difícil tarefa de interpretar a paisagem do presente à luz das escolhas e ações feitas pelas populações do passado”. Incansavelmente repetido pelos historiadores ambientais, o importante pensamento de Roderick Nash de que a paisagem deve ser interpretada como um documento histórico nos revela que a concepção de paisagem para a História Ambiental está, embora ainda identificada com uma abordagem ecológica, bem mais próxima da paisagem da abordagem culturalista do que a paisagem da Ecologia de Paisagens ou da Ecologia Histórica. Ilustração disso é o parágrafo de Oliveira e Engemann (2011, p. 10) reproduzido abaixo:

Em uma perspectiva histórica é evidente que a paisagem que nos chegou até hoje é produto das relações de populações com o seu ambiente. Nesse particular é conveniente lembrar que muitos pesquisadores ainda concebem os sistemas ecológicos como “naturais”, desconectados das atividades humanas que se passaram em diversas escalas de tempo. Há, portanto, a necessidade de se incluir o legado da atividade humana como parte do enfoque ecológico nas investigações sobre a paisagem e, portanto, não se limitar a interpretar a sua estrutura e funcionamento a partir de um ponto de vista exclusivamente “natural”¹¹.

¹⁰ Em citação a Tricart (1979).

¹¹ Em citação a García-Montiel (2002).

Por uma (ou mais) perspectiva(s) integradora(s) da paisagem

Antes de iniciarmos nossas proposições, precisamos lembrar o leitor de uma perspectiva que vem sendo relativamente negligenciada: a perspectiva da Geografia Física (em sentido amplo e pretensamente integrador) sobre a paisagem. A abordagem culturalista, na maioria das vezes, peca por privilegiar em demasia a dimensão cultural da paisagem em detrimento da dimensão físico-biológica. Por sua vez, a abordagem ecológica, apesar de se ater mais à dimensão físico-biológica, parece às vezes se esquecer deste físico e de parte do biológico. Expliquemos: a paisagem, tal como argumenta Murray Gray (2009, p. 265-266, tradução nossa),

pode ser estudada de diversas maneiras, mas é útil pensá-la como compreendendo três camadas primárias, cada incluindo um número de camadas secundárias [...]. Na base está uma camada física, incluindo as rochas, sedimentos e solos, a topografia da paisagem e os processos físicos operando na paisagem. Acima, está a camada biológica abrangendo flora e fauna, habitats e ecossistemas selvagens. Finalmente, há uma camada cultural envolvendo uso do solo, construções e infraestrutura, todas as quais evoluíram através do tempo e, portanto, incluem usos do solo históricos. Essa camada também inclui a experiência humana da paisagem através dos sentidos da visão, audição, olfato e tato, a através das memórias e associações da paisagem. Qualquer uma dessas três camadas primárias pode dominar uma paisagem.

Ora, a ênfase da abordagem ecológica da paisagem nos aspectos puramente ecológicos e, em destaque, os relacionados à vegetação é tanta que a dimensão espacial física (inorgânica, grosso modo) do relevo, da geologia, da hidrografia e hidrologia e do clima, diversas vezes é deixada de lado. Não somente isso, também outros aspectos biológicos costumam sequer serem considerados com a devida importância, como a dinâmica da fauna.

As superespecializações, sejam na abordagem culturalista, sejam na abordagem ecológica, podem correr o risco de funcionar como a miopia do poema na epígrafe deste trabalho. De tão restritas em si mesmas, tais perspectivas se desenvolvem internamente de tal maneira – o que de modo algum é condenável, mas que deve ser refletido no âmbito de uma ciência ampla como a Geografia – que o preço que se paga por isso é ficar “cego ao que anda fora”.

Uma Geografia Física integradora foi então sendo cada vez mais esquecida. Uma Geografia Física, digo, nos moldes de um William M. Davis ou de seus contemporâneos, como bem ilustra Spedding (2007, p. 287-289); de um Francis Ruellan;

ou ainda, para citar um exemplo mais recente e um dos últimos grandes geógrafos nessa perspectiva, de um Aziz N. Ab'Sáber, para quem a “paisagem é sempre uma herança [...] de processos fisiográficos e biológicos, e patrimônio coletivo dos povos que historicamente as herdaram como território de atuação de suas comunidades” (2011, p. 9, grifo do autor). A bem da verdade, mesmo essa Geografia Física pouca importância dava aos aspectos culturais da paisagem, mas integrava como nenhuma outra abordagem os aspectos físicos e biológicos.

Como geógrafos, precisamos construir um conceito que nos permita integrar essas três dimensões espaciais. Gray (2009, p. 282, tradução nossa) é bastante lúcido ao comentar, desconstruindo sua própria argumentação prévia:

O que é necessário, mas muito frequentemente falta, é uma abordagem integrada do manejo de paisagens, no qual o caráter, os processos e os materiais das bases físicas desempenhem um papel central. Ironicamente, [...] a integração vai envolver parar de pensar a paisagem em termos de camadas, mas, em vez disso, entendendo a natureza inter-relacionada dos processos da paisagem e do manejo sustentável de paisagens.

Podemos ir adiante. Os estudos geográficos da paisagem também têm de colocar o homem, a sociedade no centro das preocupações. Exatamente aqui a abordagem ecológica da paisagem se afasta, mas não se exclui. Expugná-la da Geografia seria um tiro no pé, seria desperdiçar um campo de estudos absolutamente importante para a compreensão do mundo em que vivemos. Precisamos englobar essa perspectiva, mas dando conta de suas potencialidades e de seus limites.

Acreditamos que a paisagem dos geógrafos precisa ser entendida na interface entre as práticas espaciais e as representações do espaço. De acordo com Henri Lefebvre (2006, p. 39, grifo do autor), a “*prática espacial* de uma sociedade secreta seu espaço; ela o põe e o supõe, numa interação dialética: ela o produz lenta e seguramente, dominando-o e dele se apropriando”. Por sua vez, as *representações do espaço* se referem ao “espaço dominante numa sociedade (um modo de produção). As concepções do espaço tenderiam [...] para um sistema de signos verbais, portanto, elaborados intelectualmente” (p. 40).

Ora, não são somente os signos verbais aqueles pelos quais se pode representar o espaço intencionalmente. Como já vimos, a paisagem pode revelar e pode esconder, à maneira do grupo dominante (SOUZA, 2013, p. 51-52): é, pois, *espaço con-*

cebido. Tal concepção, todavia, nunca é plena, absolutamente coesa. A paisagem também é expressão das práticas espaciais de uma sociedade, produto dessas práticas e condição para novas práticas e novas percepções do espaço – em outras palavras, marca e matriz (BERQUE, 1998) –: é, ao mesmo tempo, *espaço percebido*. O que a paisagem não é? Ela não é o espaço vivido. Esta é a diferença fundamental, a nosso ver, entre o conceito de paisagem e o conceito de espaço. Podemos perceber e conceber o espaço através da paisagem, mas vivemos somente o e *no* espaço.

Um conceito propriamente geográfico de paisagem, enfim, deve compreendê-la a um só tempo como: acúmulo de tempos; marca e matriz; espaço percebido e espaço concebido; expressão de uma relação entre homem – este sem desprezar o simbólico e as intencionalidades – e natureza – esta sem desprezar o meio físico – e a impressão que o observador tem dessa relação, mediada pelos sentidos (em especial a visão). Sendo assim, concordamos irrestritamente com Cosgrove (2004, p. 100, grifos do autor), quando, em sintonia com a ideia geral deste trabalho, diz que a

paisagem é um conceito unicamente valioso para uma geografia efetivamente humana. Ao contrário do conceito de *lugar*, lembra-nos sobre a nossa posição no esquema da natureza. Ao contrário de *meio ambiente* ou *espaço*, lembra-nos que apenas através da consciência e razão humana este esquema é conhecido por nós, e apenas através da técnica podemos participar dela como seres humanos.

Encerremos e partamos para as considerações finais. Para isso, Morin nos lembra que não só a perspectiva científica importa, mas também as “formas de olhar” e as “artes de pintar”. Ela lembra que na paisagem

há uma inerente inseparabilidade entre *represent-ador* e *represent-ado*. Assim, os mundos que representamos, sejamos nós geógrafos, executivos de corporações ou artistas de graffiti, refletem nossas próprias personalidades, valores, interesses, motivações e experiências. (2007, p. 323, tradução nossa, grifos da autora)

Considerações finais

Voltemos a nossa alegoria do mirante razoavelmente modificada. Imaginemos que o observatório mais baixo seja o da abordagem culturalista. Sua posição permite enxergar maiores detalhes da paisagem: os símbolos, as manifestações espaciais da cultura e, inclusive, permite escutar as vozes daqueles que vivem no espaço observado. No entanto, perde-se muito da visão do todo. Pensemos agora no mirante mais alto, referente à abordagem de uma Geografia Física pretensamente integra-

dora: sua posição faz com que seja possível perceber várias dimensões físico-biológicas do espaço em observação, mas a dimensão simbólica se perde totalmente, e mesmo as espacialidades materiais produzidas pela sociedade nem sempre são muito visíveis. Além disso, a distância e a necessidade de dar conta de vários aspectos dificultam o aprofundamento em algum deles.

Entre ambos os mirantes, encontram-se outros, como o da abordagem ecológica de paisagem. Sua posição mediana torna possível perceber bem tanto as ações humanas como as dinâmicas da natureza e ambas em interação. Entretanto, o distanciamento é relativamente grande para apreender o simbólico e as intencionalidades das ações humanas. Por outro lado, o mesmo distanciamento é relativamente pequeno para apreender em profundidade os aspectos físicos da paisagem, de modo que acaba se privilegiando os aspectos biológicos. Exemplarmente, neste mirante, a “arte de pintar” a paisagem vai diferir conforme o pano de fundo científico do observador: a Ecologia de Paisagens, a Ecologia Histórica ou a História Ambiental.

Que perspectiva cabe, pois, ao geógrafo? Em qual mirante ele deve se posicionar? Cada perspectiva apresenta possibilidades e limites, mas todas elas permitem lançar o olhar sobre a paisagem. O geógrafo, por ter a paisagem como um de seus conceitos fundamentais, pode então se situar em qualquer dos observatórios. Ele pode tanto optar por se manter durante toda a sua trajetória científica num único mirante, como pode se aproveitar da “livre flutuação” entre eles. Nenhuma das abordagens pode ser dita como mais válida do que a outra. Todavia – e aqui reside o ponto fundamental dessa adaptação alegórica que fizemos –, o geógrafo é um cientista que nunca deve perder da memória que o conjunto dos mirantes existe e que o espaço observado é, portanto, sempre mais complexo do que as múltiplas paisagens percebidas e/ou concebidas.

Referências

- AB'SÁBER, Aziz N. **Os Domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. 6. ed. 1. reimp. São Paulo (SP): Ateliê Editorial, 2011. (Textos básicos, 1).
- AVOCAT, Charles. Approche du paysage. **Revue de Géographie de Lyon**, Lyon (FRA), v. 57, n. 4, p. 333-342, 1982. Disponível em: <<http://www.persee.fr/articleAsP>

DF/geoca_0035-113x_1982_num_57_4_6169/article_geoca_0035-113x_1982_num_57_4_6169.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2014.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Tradução de Ednês M. Vasconcelos Ferreira e Anne-Marie Milon Oliveira. Rio de Janeiro (RJ): UERJ, 1998. p. 84-91.

BESSE, Jean Marc. **Ver a Terra**: seis ensaios sobre a paisagem e a Geografia. São Paulo (SP): Perspectiva, 2006.

BOBEK, Hans; SCHMITHÜSEN, Josef A paisagem e o sistema lógico da Geografia. In: CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Tradução de Gabrielle Corrêa de Paiva. Rio de Janeiro (RJ): UERJ, 1998. p. 75-83.

CAROL, Hans. Zur Diskussion um Landschaft und Geographie. **Geographia Helvetica**, [s.l.], v. 11, n. 1, p. 111-113, 1956. Disponível em: <<http://www.geogr-helv.net/t/11/11/1956/gh-11-111-1956.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

CLAVAL, Paul. A paisagem dos Geógrafos. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto L. (Orgs.). **Paisagens, texto e identidades**. Tradução de Márcia Trigueiro. Rio de Janeiro (RJ): UERJ, 2004. p. 13-74.

COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Tradução de Olivia B. Lima da Silva. 2. ed. Rio de Janeiro (RJ): UERJ, 2004. p. 92-123.

FORMAN, Richard T. T. **Land mosaics: the Ecology of Landscapes and Regions**. Cambridge (RUN): Cambridge University, 1995.

GEOGRAPHIE INNSBRUCK – Institut für Geographie der Universität Innsbruck. Was bedeutet der Begriff Landschaft? **Kulturlandschaft Südtirol**: der Wandel seit 1950. [S.l.: s.n.], 2008. Disponível em: <<http://www.uibk.ac.at/geographie/projects/kls/beschreibung/landschaftsbegriffe/landschaft.html>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

GRAY, Murray. Landscape: the physical layer. In: CLIFFORD, Nicholas; HOLLOWAY, Sarah; RICE, Stephen P.; VALENTINE, Gill (Eds.). **Key concepts in Geography**. 2. ed. Londres (RUN): SAGE, 2009. p. 265-283.

HOLZER, Werther. Paisagem, imaginário, identidade: alternativas para o estudo geográfico. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto L. (Orgs.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro (RJ): UERJ, 1999. p. 149-168.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. [S.l.: s.n.], 2006. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf>. Acesso em: 22 out. 2013.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento. Tradução de Juarez Guimarães e Suzanne Felicie Léwy. 9. ed. rev. e ampl. São Paulo (SP): Cortez, 2009.

METZGER, Jean Paul. O que é ecologia de paisagens? **Biota Neotropica**, Campinas (SP), v. 1, n. 1/2, p. 1-9, 2001.

MORIN, Karen M. Landscape and environment: representing and interpreting the world. In: HOLLOWAY, Sarah L.; RICE, Stephen P.; VALENTINE, Gill (Eds.). **Key concepts in Geography**. 6. ed. Londres (RUN): SAGE, 2007. p. 319-335.

OLIVEIRA, Rogério R. de; ENGEMANN, Carlos. História da paisagem e paisagens sem história: a presença humana na floresta atlântica do sudeste brasileiro. **Esboços**, Florianópolis (SC), v. 18, n. 25, p. 9-31, ago. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2011v18n25p9/21530>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

RUSSELL, Emily W. B. **People and land through time: linking Ecology and History**. New Haven (EUA): Yale University, 1997.

SANSOLO, Davis G. Significados da paisagem como categoria de análise geográfica. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 7. **Anais...** Niterói (RJ): UFF. 2007. sem paginação.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo (SP): USP, 2006. 2. reimpr. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/TEORIA%20DOS%20TERRITORIOS%20E%20DA%20QUESTA%20AGRARIA/MILTON%20SANTOS/SANTOS,_Milton_A_Natureza_do_Espa%C3%A7o%5B1%5D.pdf>. Acesso em: 23 out. 2013.

SOLÓRZANO, Alexandro; OLIVEIRA, Rogério R. de; GUEDES-BRUNI, Rejan R. Geografia, História e Ecologia: criando pontes para a interpretação da paisagem. **Ambiente & Sociedade**, Campinas (SP), v. 12, n. 1, p. 49-66, jan.-jul. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v12n1/v12n1a05.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

SOUZA, Marcelo L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 2013.

SPEDDING, Nick. Landscape and environment: biophysical processes, biophysical forms. In: HOLLOWAY, Sarah L.; RICE, Stephen P.; VALENTINE, Gill (Eds.). **Key concepts in Geography**. 6. ed. Londres (RUN): SAGE, 2007. p. 281-303.

Recebido em 21 set. 2015;

Aceito em 12 set. 2016.